

Civilização, Tecnologia e Poder na Modernidade Líquida

Civilization, Technology and Power in Liquid Modernity

Lucas Fortunato⁶⁴
Alexsandro Galeno⁶⁵

Resumo

Esse artigo trata da análise de Zygmunt Bauman sobre a modernidade líquida, focando especialmente nas tecnologias de vigilância desenvolvidas nas últimas décadas. O artigo inicia abordando o mal-estar na civilização diagnosticado por Freud e retomado por Bauman no contexto contemporâneo. Em seguida, trata das contribuições de Michel Foucault e Gilles Deleuze sobre as tecnologias de poder instauradas nas atuais sociedades. Com isso, detalha-se a passagem das sociedades modernas disciplinares para a atual modernidade líquida e suas novas tecnologias de vigilância e poder pós-panóptico, ou seja, o sinóptico, o banóptico e o que se denomina ciberpoder.

Palavras-chave: Modernidade Líquida. Civilização. Tecnologia. Poder.

Abstract

This article deals with Zygmunt Bauman's analysis of liquid modernity, focusing especially on the surveillance technologies developed in the last decades. The article begins by addressing the malaise in the civilization diagnosed by Freud and taken up by Bauman in the contemporary context. Next, it deals with the contributions of Michel Foucault and Gilles Deleuze on the technologies of power established in the present societies. This explains the transition from modern disciplinary societies to modern liquid modernity and its new technologies of surveillance and post-panoptic power, that is, the synoptic, the banoptic and what is called cyberpower.

Keywords: Liquid Modernity. Civilization. Technology. Power.

⁶⁴ Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Doutorando). ORCID: orcid.org/0000-0002-5408-513X. Email: lucasfortitude@gmail.com.

⁶⁵ Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5103-0339>; Email: alexgalenno@gmail.com.

Introdução

O tempo em que a ordem moderna reinou sobre as liberdades só aparentemente passou, pois apesar da ilusão individualista típica da consciência pós-moderna afirmar que vivemos o sistema da liberdade de escolha, nunca antes uma sociedade investiu tantos recursos na vigilância, no controle e na dominação acima dos homens e da natureza. A liberdade exigida ao Estado nos países ocidentais não foi um ganho de revolucionários cômicos de sua força política, senão que um dos muitos sinais da vitória do mercado capitalista para que o indivíduo pudesse gozá-la como exímio consumidor, a mesma liberdade que agora retorna de forma espectral no interior do sistema com as fantasmagorias sociais da insegurança, da ansiedade e do temor.

Vemos o renascimento dos extremismos e a ascensão de moralistas a favor de políticas sociais e econômicas de austeridade no tempo em que o instinto de morte latente inflama os conflitos internos e externos a todas as fronteiras, e no mesmo instante crescem os atentados fundamentalistas como que a reboque contra os terrorismos da civilização em um círculo abominável de sofrimento, demência e horror.

O mundo que investiu inteligência, tempo e capitais na produção de tecnologias apostou que o produto de seu empreendimento pudesse conferir valor positivo à realidade assim transformada. A história, no entanto, coloca sérias dúvidas, pois se dois séculos ao menos de inventos tecnológicos resultaram em profundas mudanças nas formas produtivas das sociedades ditas modernas, os problemas gerados no campo de contrafinalidade social ainda hoje mostram sua terrível face.

A ciência, conjugada com a técnica, a economia e a crença no progresso, construiu o cenário para uma nova forma de viver nas metrópoles desde então em perpétuo crescimento. A obsessão pela produção acelerou o ritmo imposto aos habitantes das cidades modernas, e de modo análogo aos compassos das fábricas, a vida urbana incorporou a velocidade para acompanhar o frenético ritmo das indústrias sócio-culturais dinâmicas, deixando atrás de si os restos

inaproveitáveis e os resíduos inoperantes, com desprezo por tudo o que não se submete a seu domínio.

A chamada acumulação primitiva identificada na origem histórica do capitalismo foi também a acumulação de conhecimentos científicos e inventos tecnológicos. No entanto, nas sociedades que materializaram o projeto de construção racional do mundo, uma série de problemas se multiplicou em decorrência da superprodução, simplesmente porque, ao lado das extraordinárias invenções tecnológicas, a modernidade ocidental fabricou desigualdades sociais e econômicas, recalcou conflitos intestinos nos meandros das cidades e acumulou milhões de pessoas no espaço urbano sem resolver o que se convertera no problema da violência.

Tragicamente, o processo de colonização que se lançava sobre o exterior, conjugado com o desenvolvimento dos sistemas informacionais e as novas técnicas de vigilância e controle, também se voltou para o interior das fronteiras rebatendo suas redes de poder endocolonizador sobre as próprias populações. Gradativamente outras problemáticas surgiram e, com elas, o subproduto das sociedades avançadas, que ressurgiu de forma brutal no cenário atual em tons de alerta, claros sinais do mal-estar na civilização: o medo e a insatisfação generalizada, a violência, a xenofobia, o racismo, o terrorismo fundamentalista e anômico, assim como os etnocídios no campo da cultura e a devastação incessante da natureza na esfera ecológica.

Ninguém podia imaginar que no decurso do processo civilizatório o poder escaparia à consideração humana e se voltaria sobre os homens, nem que o estado de natureza repellido por alguns filósofos (denominado de “guerra de todos contra todos”) se veria realizado pelo estado civil armado em que o controle se lança sobre os mínimos detalhes, invade as esferas públicas e privadas a pretexto de eliminar o mais simples desvio, gerando com isso um estado de exceção no qual a guerra é apenas um nome diferente para a vida regida, produzida, modulada e reprimida pelos sistemas de poder conectados em rede. Esse cenário, porém, ganhou contornos e complexidade na era das máquinas com o conflito deflagrado no interior das sociedades entre o instinto

de morte e os projetos para o controle, que revela ora a contradição dos termos (instinto-razão), ora o intercâmbio dos meios (civilização-destruição). Nessa paisagem de ruínas e desencantos, o indivíduo, a mais frágil figura da vida social, precisa seguir apesar de tudo, sobreviver, sonhar.

Muito já se escreveu sobre todas essas realidades, mas coube a Freud colocar de forma pioneira o tema do mal-estar na civilização como o que deve ser pensado para compreender a nossa época.

Com um olhar clínico na sua abordagem da cultura, o fundador da psicanálise afirma que a cultura, durante toda a história humana, teve o propósito de contribuir para amenizar o sofrimento da existência. Para atingir tal objetivo foi necessário ao homem sacrificar sua pulsão de morte e renunciar à busca desenfreada pelo prazer, em troca dos benefícios trazidos pela civilização. De outra forma, sem certo equilíbrio nas relações sociais não haveria como cultivar as condições para a produção de conhecimento e tornar o trabalho útil, nem tão pouco construir o espaço propício para o desenvolvimento humano. Nesse ponto de vista antropológico, a cultura ou a civilização teria como função proteger o homem das forças cegas e ameaçadoras da natureza e ao mesmo tempo regulamentares os vínculos dos homens entre si de modo a evitar a pura tirania dos instintos.

O problema diagnosticado a partir do que Freud (2010) apresentou no seu escrito *O mal-estar na civilização* é que, no atual contexto, os meios empregados pela civilização para satisfazer os seus anseios por ordem e segurança parecem desvirtuados em um sentido paradoxal, pois os próprios meios de que se vale para assegurar, de um lado, o domínio sobre a natureza e, de outro, a ordem do convívio social, incorrem no risco de degenerar em instinto de morte e ao contrário produzir o avesso do que pretendiam a princípio, ou seja, em vez de ordem, equilíbrio e segurança: caos, destruição, conflitos, guerras, morte, dor e sofrimento. O que por si só abala os fundamentos da civilização e exige uma reavaliação de todos os valores e ideais que estão na base dos processos em vigor.

Essa é uma temática fundamental dado o risco de a civilização fracassar em seu objetivo de modelar os instintos do homem, caso o empreendimento preliminar da cultura não seja satisfeito. A situação se agrava ainda mais, pois essa tarefa primordial, com a importância que tem, é, no entanto apenas o pressuposto para o desenvolvimento do edifício social: uma vez satisfeito esse requisito biocultural nas fronteiras da natureza e da cultura, toda a tarefa positiva de construir a civilização fica ainda por se fazer.

Se, como as impressões contemporâneas dão a entender, não conseguimos sequer nos apropriar com eficácia e de forma salutar dos impulsos cegos do ser humano, como construir algo digno, nobre e elevado a partir de um material tão bruto? Talvez essa disparidade entre as funções negativa e positiva da civilização ajude a explicar o índice de violência crescente, a sensação de alienação e a falta de sentido da vida partilhada por grandes parcelas da população que, nos dias atuais, enfrentam o problema de inadaptação crônica aos rumos e às crises do universo social. Eis uma questão fundamental cuja resposta pode nos ensinar algo sobre como lidar com problemas essenciais da época, e com isso contribuir para criar as condições da humanidade se elevar a um novo patamar existencial.

Durante um certo período, Zygmunt Bauman (1998) trabalhou com o tema do mal-estar na "pós-modernidade" para abordar de forma atual a problemática colocada por Freud. Porém, com uma perspectiva renovada do que seria a modernidade, e como para se distinguir dos pós-modernistas, Bauman revisitou o termo. Desde então preferiu usar a expressão "modernidade líquida" por acreditar que a vida social do nosso tempo nada mais é do que o lançamento das bases modernas a um limite além do qual a solidez das instituições modernas se desfaz. Afinal, há uma razão para essa escolha, pois não se pode falar do que caracterizam as histórias hodiernas sem considerar os vetores e as grandes linhas das intenções sociológicas montadas na modernidade, pois, claro está, o que chamamos de presente é em grande medida a consequência dos pressupostos históricos modernos.

Ocorre, no entanto, dos processos sociais entrarem em outros regimes, em sistemas estruturados sobre novos pressupostos, e quando Bauman (2014) se propõe a pensar a modernidade líquida, é possível identificar algumas linhas de reflexão importantes. Sem dúvida, a principal delas é a que de uma forma sintética caracteriza a época atual, a modernidade no seu estado líquido: a instabilidade da vida e das instituições sociais.

Ao contrário das formações modernas que se constituíram de maneira sólida, as sociedades líquidas são definidas pela inconstância de suas estruturas, formas e instituições, que paradoxalmente se desfazem mais rápido do que se estruturam. Ao invés de perdurar no tempo, as instituições e estruturas da atualidade são tomadas em processos mais amplos remetidos à produção capitalista e às constantes crises políticas que exigem forçosamente mudanças, adaptações e reformulações de toda sorte, sempre em conformidade com as exigências econômicas e mercadológicas em âmbito transnacional ou planetário.

A ideia da liquidez de que fala o sociólogo, nesse sentido, é usada para destacar o estado maleável, inconstante, dinâmico, adaptativo e mórfico do mundo social na sua versão contemporânea. Isso dá o que pensar, pois a própria definição do que seria uma instituição social parece mudar com o que se vê na época presente.

Uma das principais características da modernidade líquida é, portanto, que as instituições sociais perdem consistência devido às transformações impostas por exigências, demandas e ritmos extrínsecos que inviabilizam a estabilidade e o amadurecimento da cultura. Esse é um fenômeno que se pode caracterizar por uma autocontradição sociológica, agora, inscrita no próprio modo como a civilização líquida opera. Algo de concreto na dimensão social se impõe às demais instituições submetendo as esferas da vida coletiva a processos de mudanças e adaptações forçadas, quando o mais comum (levando em consideração a história das sociedades humanas) seria a instauração de ordens, organizações, normas, padrões, valores, etc., com tendência a se reproduzir e perpetuar no tempo. Entretanto, não é o que acontece, há crises que atingem até mesmo as mais sólidas instituições. À maneira de como ocorre com a

obsolescência das mercadorias, nas sociedades líquidas tudo o mais se desfaz seguindo a velocidade da produção e das adaptações muitas vezes impostas ao universo da cultura pelos processos produtivos, políticos e econômicos de adequação. O resultado disso é que a crise desencadeada pela expansão dos imperativos capitalistas afeta profundamente as estruturas culturais, bem como as práticas e os valores que até então, de maneira mais ou menos eficaz, refletiam uma forma de viver e atribuíam sentido à existência das pessoas.

Essa espécie de autocontradição sociológica do mundo líquido gera uma série de sentimentos como sensação de alienação, medo, insegurança, ressentimento e revolta nos sujeitos que se sentem jogados no mundo, desamparados e sem referências para lidar com a realidade avassaladora que lhes impõe ritmos, problemas, desafios e adequações muitas vezes insuportáveis.

O mal-estar específico no mundo líquido parece ter aqui sua origem: a sensação de que nada se sustenta, de que não há garantias, a intuição de que algo fundamental foi destruído sem que saibamos nem mesmo o que colocar no lugar, tudo isso se soma à angústia do niilismo face aos dilemas que se nos apresentam no presente.

Um dos efeitos desse profundo mal-estar na modernidade líquida se faz perceber na relação estabelecida entre a sensação de medo elevada ao nível quase paranoico e o correlato apelo por segurança que se intensifica e se atualiza em nossa época. No que se refere a uma análise das novas tecnologias de controle e vigilância, é importante considerar a relação que se estabelece nas sociedades líquidas entre medo, liberdade e segurança.

Aqui, há claramente uma correlação já identificada por Freud entre o aparelho psicológico, mais especificamente o substrato subjetivo, e a experiência da vida social. Aliás, até mesmo o agenciamento de tecnologias passa por essa trivialidade psicológica remetida ao campo social, como se pode perceber com relação aos sistemas de controle, que desenvolveram suas próprias ferramentas de poder para lidar com o fenômeno da violência, combater o instinto de morte latente nas metrópoles e conjurar o temor desse "outro" desconhecido que pode

ser o que há de mais vil no homem. De fato, diversos setores continuam a se aproveitar das tecnologias disponibilizadas pela civilização para propósitos de vigilância e dominação. Por isso, o clamor por segurança apela para o uso de várias tecnologias com o intuito de ampliar as zonas vigiadas e em consequência promover a sensação de proteção.

Realmente, o convívio quase forçado e íntimo com desconhecidos e completos estranhos impõe-se com tal veemência nas metrópoles que, não raro, a conjunção de existências submetidas assim aos imperativos da massa indistinta exprime-se em sintomas que podem variar de uma simples rejeição ou indiferença face ao outro, como o desprezo, até atingir a forma mais perversa do ódio declarado. Sem dúvida, o fato de se ter que conviver com tanta gente e de forma tão próxima nas atuais sociedades líquidas afeta de forma sutil ora avassaladora a fisiologia, o corpo e a mente de milhões de seres humanos.

Em um ambiente social conturbado, a agressividade dos sujeitos, quando direcionada a seus semelhantes, gera uma reação em cadeia que resulta no fenômeno muito complexo da violência e da criminalidade, ainda mais quando cresce o desrespeito às regras sociais e à vida humana em geral. Em tais circunstâncias, o que Durkheim chamou de anomia torna-se a própria realidade social.

No momento em que a instabilidade das instituições redundava na perda de garantias sociais, a sensação de temor se intensifica, convertendo-se em apelo contra o mal-estar, especialmente, em clamor por segurança e mais controle. A obsessão por segurança encontrada no mundo líquido, por sua vez, faz com que, não raro, o sujeito prefira abrir mão de sua liberdade em troca da promessa de um pouco de paz e tranquilidade, o que não deixa de ser surpreendente, pois enquanto a época anterior (da modernidade sólida) apostou na ordem, a época mais recente, pelo contrário, investiu na valorização da liberdade acima de tudo.

O ideal de liberdade pairou durante muito tempo no imaginário social de reminiscências burguesas e revolucionárias. A Revolução Francesa, tributária do Iluminismo no século XVIII, enfocou no valor da liberdade como norteador de um projeto de civilização. No entanto, no século XX as duas Guerras Mundiais e,

depois, o terrorismo fundamentalista, já na aurora do novo milênio, fizeram surgir o espectro do autoritarismo com seus projetos de expansão da ordem a todo custo.

A figura do inimigo, que durante a Guerra Fria era vinculada ao exterior e facilmente classificável, foi substituída, desde meados da década de 1990, pelo inimigo anônimo e inclassificável que pode vir de qualquer lugar na figura do terrorismo. Somado a isso, o aumento da violência interior às nações e vivido como algo anômalo nas metrópoles, tornou a sensação do medo algo onipresente, e o problema assim se agravou.

Nesse ínterim, as formas políticas da razão instrumental agenciadas para a dominação e o controle impuseram-se acima das liberdades civis e individuais, enquanto o capitalismo continuamente disseminou desordens organizadas pelas nações, gerando ao mesmo tempo o medo como substrato psíquico dos afetos desencadeados por fatos sociais, sensação tão logo apropriada por práticas e discursos políticos e estatais. Desde então, o medo e a sensação de insegurança têm desempenhado um papel considerável no campo da psique social, na política e na economia.

Por tudo isso, a busca por segurança, aliada a uma espécie de paranoia social, muitas vezes faz com que as pessoas abram mão de suas liberdades em troca da sensação de proteção e abrigo diante de um "mal" abstrato que, na prática e nos discursos sociais, pode vir de qualquer lugar. Paradoxalmente, por mais que haja investimentos maciços em tecnologias, sistemas e políticas de segurança, resulta absurdo que a busca pelo controle não consiga amenizar o mal-estar latente nas massas de sujeitos aviltados com o espectro da violência, antes o contrário: como consequência da obsessão por controle cresce o sentimento de insegurança, e junto disso, a intensificação das políticas de vigilância e controle, em um círculo de retroalimentação que, no limite, resulta no fenômeno da militarização do cotidiano.

Delimitado assim o problema, Bauman fala da vigilância líquida como uma chave de leitura e interpretação do mundo atual, muito em parte caracterizado pela proliferação de dispositivos de vigilância, poder e controle. E ao colocar a

problemática relação que se estabelece nas sociedades líquidas entre medo, liberdade e segurança, vincula uma análise dos afetos epocais com seus efeitos sociais, econômicos e culturais, sugerindo por fim questões e reflexões morais, éticas e políticas.

Na leitura que Bauman (2014) faz da modernidade líquida, há três tecnologias ou tipos de dispositivos que interatuam no sistema de vigilância atual, conforme apresentado no livro *Vigilância líquida: o panóptico, sinóptico e o banóptico*. Para compreender a função desses dispositivos na atualidade é preciso antes retomar a contribuição de Michel Foucault (2015) no que se refere às tecnologias de poder.

Com uma abordagem inovadora, o filósofo francês identificou na modernidade as tecnologias de poder panópticas e as biopolíticas como formas sofisticadas de se produzir disciplina e controle, mas também, de se modular populações, práticas sociais e individuais, paixões e subjetividades (cf. FOUCAULT, 2005, última conferência).

Na tecnologia de poder panóptico, a arquitetura é disposta de tal modo que um local privilegiado, uma torre, por exemplo, torna-se o ponto de aglutinação do poder pelo fato de que este ponto permite a vigilância de todo o perímetro, ao passo que os outros pontos veem o centro que emana a vigilância mas não enxergam quem lhes vigia. O dispositivo arquitetural assim configurado passa a funcionar quase sozinho, pois o centro de vigilância se fecha aos olhares dos sujeitos que são vigiados, de modo a exigir de cada um deles uma postura de autovigilância, dada a exposição a que estão submetidos. Essa configuração arquitetural é, de fato, muito dispendiosa, mas consegue efetivar a função última de construir em cada sujeito-alvo do poder sua autovigilância perpétua no interior do dispositivo.

Essa tecnologia panóptica que caracterizou as chamadas sociedades disciplinares ainda hoje desempenha seu papel na vigilância. Ocorre que as sociedades de nosso tempo não possuem as mesmas características das modernas sociedades de outrora. Coube a Gilles Deleuze (2008) diagnosticar os sinais da passagem das modernas sociedades disciplinares para as atuais

sociedades de controle, que são caracterizadas por novas tecnologias segundo uma reconfiguração dos dispositivos de saber-poder. Na realidade, os modos de sujeição das sociedades de controle se superpõem às técnicas disciplinares e passam a coexistir no campo social, de modo que as redes de poder e assujeitamento tornam-se cada vez mais invasivas.

Com efeito, as sociedades de controle anunciadas por Deleuze compõem com as antigas técnicas de poder um novo dispositivo com o qual o controle dos corpos se dá de maneira contínua e não mais localizada no interior das instituições. Nesse novo dispositivo, já não se passa de um seguimento a outro – família, escola, exército, hospital, fábrica, prisão – como outrora, segundo o princípio do molde. Nas sociedades de controle, a lógica é tal que os espaços de poder parecem se confundir e as funções sociais que exigem adesões dos sujeitos não são mais localizadas nem fixas. Concretamente, o controle se dá mediante uma modulação reiterada e contínua em todo o campo social: trabalho em casa, escola na empresa, policiamento e vigilância ostensivos dentro e fora das instituições, nas ruas, nas mídias de massa, etc. Na lógica do controle não interessa confinar para disciplinar, mas, sobretudo modular, seja onde for: a atenção, o comportamento, os afetos, os papéis e o sujeito – a cada instante, mesmo em trânsito, nos deslocamentos e sempre que possível em tempo real. Portanto, a nova lógica do poder não é mais fixa, senão que dinâmica dada a quantidade e a mobilidade das tecnologias difundidas na vida cotidiana.

As próprias tecnologias humanas cresceram em número e se complexificaram com seus exércitos de técnicos administrativos voltados para a vigilância contínua. No ambiente econômico, industrial e empresarial, uma reformulação da divisão social do trabalho passou a exigir técnicos com novas especialidades, da segurança do trabalho até gerentes de controle de qualidade e seus séquitos de supervisores, para aumentar a produtividade, a qualidade, a eficiência e o regime de velocidade ao nível máximo. Ao mesmo tempo, o modelo produtivo correspondente das novas formas de empreendimento capitalistas passou a ser a empresa com seus agenciamentos flexíveis, o que gerou mudanças consideráveis no modo como os funcionários devem se portar

desde então. Por outra parte, no âmbito das ruas, no trânsito das avenidas, nos centros comerciais, nas paragens públicas, a vigilância ganhou destaque crescente junto com os agentes que materializam as tecnologias de poder como policiais, seguranças e agentes secretos, vigilantes, guarda-costas, detetives, etc.

No pós-guerra, entretanto, todas as tecnologias humanas e seus agentes foram acoplados a novos dispositivos que propiciaram um incremento de poder e possibilidades de controle e vigilância nunca antes vistas. Socialmente, o fenômeno da vigilância tornou-se uma questão prática a ser tratada na sua dimensão política e econômica por governos, instituições, empresas e até homens comuns, que desde então contam com diversos aparelhos tecnológicos para esse fim.

Historicamente, no mesmo processo de competição tecnológica da chamada "corrida espacial" durante a Guerra Fria, cresceu os investimentos políticos e econômicos na produção voltada para a guerra, a mobilidade, a comunicação, o controle e a dominação, com o que uma quantidade imensa de novos aparatos e dispositivos foi fabricada e logo incorporada no tecido urbano. Para espanto do mundo, o sonho dos futuristas italianos finalmente se realizou com a "síntese futurista da guerra".

Com eficácia, o avanço tecnológico nos mais variados campos, da guerra aos laboratórios, das mídias aos registros burocráticos, dos sistemas computacionais à ciência cibernética, contribuiu fortemente com a fabricação de um novo dispositivo maquínico que podemos denominar *ciberpoder*. Esse dispositivo produz um novo regime de dominação que se vale de aparatos maquínicos tais como os meios de comunicação de massa, rádio, televisão e cinema, assim como, na sua versão mais atual, bancos de dados, computadores, internet, celulares e todos os derivados que integram e colocam em circuito os corpos, as mentes, os seres e as coisas.

O agenciamento de todos esses componentes conectados resulta na transformação das antigas instituições, organizações e relações, dando origem a um novo regime de dominação que vem afetando com pungência tanto a

produção das subjetividades quanto as formas de administração e controle internos às nações sobre a própria população.

Com efeito, essa nova máquina do ser passou a operar mediante uma tecnologia de poder em que os circuitos pressupõem subjetividades conectadas em redes, criando assim um fenômeno recursivo: o produto do ciberpoder, o sujeito equipado e inserido nos sistemas homens-máquinas, é o que confere ao poder sua efetiva existência, encarnada e maquínica, com a complicação, porém, de que a própria subjetividade pode se apropriar das maquinarias, em tempo real e de forma remota, para inumeráveis fins, inclusive, subversiva e de resistência.

Doravante, novas tecnologias da vigilância e do poder se desenvolvem fora do eixo das prisões e das instituições fechadas em si mesmas que erigiam dispositivos disciplinares para atuarem sobre os indivíduos com fins de incitar determinadas formas de comportamento, seja nas fábricas, nas escolas, nos asilos, nos quartéis militares. Além da manutenção dos panópticos nos espaços fechados e disciplinares que sobrevivem reconfigurados, outras formas de vigilância se adaptam ao mundo da mobilidade e das altas tecnologias com suas câmeras e drones que podem estar em qualquer lugar.

Segundo Foucault (2005), nas sociedades disciplinares o modelo de tecnologia do poder aplicado para os internamentos é transposto, segundo o modelo das prisões, para outras instituições, como a escola, os quartéis, hospitais, asilos e manicômios. Se a lógica desse tipo de construção panóptica era produzir as condições de visibilidade capazes de favorecer a aplicação das disciplinas sobre os corpos mediante estrita vigilância, ao que parece, agora é a cidade como um todo que adquire os caracteres de uma prisão sem grades, em que os cidadãos são vigiados com o pretexto de que é para a segurança geral. Na realidade, mais do que uma prisão, as metrópoles configuram um gigantesco labirinto de aparelhos arquitetônicos equipados com dispositivos de vigilância remota dentro e fora de seus perímetros.

Dadas as novas possibilidades técnicas alcançadas pelo desenvolvimento tecnocientífico, as redes e os campos de visibilidade para a atuação do poder se ampliam vertiginosamente em um sistema de monitoramento remoto e

virtualmente completo característico da vigilância líquida que funciona para além das antigas fronteiras *indoors-outdoors*, público-privado. Assim, a vigilância líquida de ponta assume formas desconcertantes de poder e modalidades de controle. Concretamente, os sistemas de vigilância e controle tornam-se dinâmico e móvel para exercerem poder em trânsito sobre o que passa e se movimenta, nas ruas e avenidas, nos parques urbanos, nas fronteiras e zonas de inspeção, etc. Toda uma rede de tecnologias amparadas por indústrias que encontraram na vigilância, nos sistemas de informação e projeção do controle um setor de mercado rentável que faz par com a busca obsessiva da sociedade por segurança.

A própria ideia de vigilância se transforma tornando-se mais suave no momento da desestruturação das instituições sólidas. Valendo-se de meios sofisticados de tecnologia, na realidade, quanto menos a vigilância se mostra mais pretende prender e fisgar para o controle, como a imagem de uma teia de aranha pode aludir. Décadas atrás, Bertolt Brecht escreveu um poema para os revolucionários não deixarem pegadas nem pistas em seu caminho como forma de evitar perseguições. Hoje em dia tornou-se muito complicado passar despercebido aos olhos biônicos do ciberpoder, que registra cada detalhe, ainda mais quando os sujeitos contribuem voluntariamente (por vezes sem consciência de que o fazem) com o sistema de controle.

Na perspectiva de Bauman (2014), entramos na era pós-pan-óptico, com uma tecnologia móvel, dinâmica, adaptativa, modular e recombinante, pois, com esses caracteres, torna-se mais capilar e capaz de penetrar no tecido social como nunca antes, de forma suave e mesmo imperceptível. O que se vê é o desenvolvimento de tecnologias limpas, miniaturizadas e automáticas que multiplicam os campos de visibilidade e registros para a atuação do poder, como smartphones, câmeras, drones, gravadores, etc.

O questionável de tudo isso é que, no labirinto formado pela cidade equipada, o poder penetra de tal maneira na dimensão cotidiana, *in* e *outdoors*, que ameaça a esfera privada e íntima. Com a miniaturização dos dispositivos, no caso das microcâmeras e dos drones, a situação se agrava ainda mais pois as

condições técnicas dadas possibilitam a invasão praticamente imperceptível de espaços outrora reservados tão só ao âmbito privado. Os drones são um caso à parte, pois estão se miniaturizando até o limite de se tornarem invisíveis, ao passo que podem captar informações de outra forma impossível de conseguir por meios puramente humanos. No pior dos casos, estão sendo projetados para serem autônomos inclusive na tomada de decisão sobre o que fazer.

Não bastasse isso, no campo social em que impera o modelo administrativo das empresas flexíveis, uma nova espécie de panoptismo pessoal se desenvolve junto com a lógica da formação profissional contínua, que exige do sujeito uma consciência voltada sobre si mesma para autovigiar-se mediante o imperativo *do it yourself*. Ademais, a quase onipresença das câmeras e sistemas de vigilância pode gerar nos sujeitos uma paranoia reativa que aloja na consciência o correlato de um drone no plano psíquico, a saber, um superego que corresponde, na psique, à tecnologia panóptica externa, algo como um drone imaginário produzido pela inserção do sujeito no labirinto da arquitetura moral tomada pela vigilância líquida e descentralizado. De fato, vivemos um sistema de autoexposição no qual os próprios sujeitos se vigiam mutuamente mediante uma servidão voluntária, e onde as esferas privadas e públicas se confundem ou se tornam indiscerníveis.

Ao mesmo tempo, além da esfera pública ser invadida pelos dispositivos de poder panópticos, a dimensão íntima é capturada nas redes sociais que, no ciberespaço, por vezes ganha prevalência sobre a dimensão comum. O contraste da vigilância encontra aqui seu aspecto mais inquietante, contando com a convivência dos próprios sujeitos: a vigilância que adentra a esfera privada com os sistemas de informação, e a dimensão íntima que se abre ao campo público por meio das redes sociais e dos blogs, soma-se a uma superexposição produzida pelo próprio sujeito.

Curiosamente, com a adesão massiva às redes sociais há indícios de que o medo da humilhação diante da possibilidade de ser esquecido e colocado de lado dos laços sociais repercute à sua maneira nas novas mídias e nos relacionamentos virtuais. O narcisismo gregário parece combinar muito bem com

o fenômeno da vaidade egóica que sente necessidade de reconhecimento. Um sinal disso, as redes sociais produziram um lugar por vezes apropriado pelos usuários como verdadeiros confessionários pós-modernos, que substituem a figura do confessor pessoal, religioso ou psicanalista, para se estender ao circuito de todos os perfis conectados. Disso resulta a hiperconectividade e a superexposição a que aderem milhões de indivíduos ávidos por visibilidade, atenção, reconhecimento, notoriedade e admiração.

Assim, o poder se sofisticou ao ponto de se realizar em cada indivíduo sem recorrer necessariamente à coerção, pois apela para artifícios que seduzem, encantam, dirigem-se à curiosidade, ao desejo e ao entretenimento no palco das imagens veiculadas pelas antenas e ondas cibernéticas, resultando em impulsos e subjetividades engrenadas nos circuitos do ciberpoder.

Com a implantação dos sistemas informacionais que são a estrutura mecânica do ciberespaço, e na medida de nossa conexão com eles, quanto mais nos movimentamos mais deixamos rastros. Assim, tornamo-nos vulneráveis aos poderes de cibervigilância ainda que não queiramos, o que pode ocorrer mesmo nos campos do consumo, do entretenimento e da diversão. Quando a vigilância é incorporada como algo normal, de alguma maneira torna-se sedutora, prazerosa, e por isso terminamos por nos entregar de bom grado aos sistemas de informação, segurança e controle. Inclusive, há todo um discurso que afirma a positividade de se adaptar ao jogo da vigilância consentida, sempre com justificativas de possíveis ganhos para o sujeito ou para a sociedade.

Entretanto, quanto mais somos categorizados ou tomados em dispositivos de poder, tornamo-nos menos singulares e humanos e somos manipuláveis como dados estatísticos apropriados por corporações estatais e privadas. Nos sistemas de informação, como em uma esteira que se estende virtualmente a todo o campo social, somos vigiados, checados, registrados e controlados sucessivamente: quando fazemos compras *on line*, transações bancárias, respondemos a questionários, disponibilizamos nossos dados, fornecemos senhas, registramos passos, deixamos pistas em históricos armazenamos por empresas privadas e assim por diante.

Porém, do mesmo modo como as conexões se fazem, de maneira banal, as desconexões também. Nas sociedades com relações densas e estreitas é difícil se infiltrar porque as pessoas estabelecem vínculos duráveis com significações profundas, ao passo que no mundo líquido, os elos são frágeis e fragmentários. Na medida em que as relações são consideradas intercambiáveis do ponto de vista virtual, a conexão e a desconexão tornam-se o modelo mais fácil para lidar com as mudanças e a superficialidade dos laços sociais. Tudo se passa como se a lógica da mercadoria praticada nas redes sociais virtuais (a da utilidade, da aparência e do fetiche) repercutisse de forma análoga na esfera das relações pessoais. Do mesmo modo que as mercadorias são descartáveis, as relações com os outros adquirem valores de uso e de troca, tornando-se decorrência disso igualmente permutável.

Com efeito, das sociedades marcadamente disciplinares e, portanto, panópticas, entramos nas atuais sociedades pós-panópticas nas quais surgem outros dispositivos de poder como o sinóptico, no qual os papéis dos agentes se modificam: enquanto no dispositivo panóptico poucos vigiam muitos, no sinópticos muitos vigiam poucos. A lógica, típica da sociedade espetacular, portanto, se inverte. Devido aos meios de comunicação de massa e ao patamar de desenvolvimento do aparato maquínico nas sociedades líquidas, milhões de pessoas que compõem as massas de expectadores prestam-se ao papel de seguir virtualmente personalidades midiáticas, políticos, artistas e celebridades do momento, personagens que se destacam no espetáculo produzido para as massas cênicas midiáticas.

No livro *Vigilância líquida*, Bauman ainda trata de um outro dispositivo que se apropria do poder panóptico para voltá-lo a grupos específicos. O assim denominado dispositivo banóptico está ligado à noção de insegurança e não de disciplina. Com efeito, o banóptico fabrica um olhar que discerne, seleciona, categoriza e estigmatiza, segundo critérios estabelecidos, um determinado grupo arquetípico para melhor excluí-lo. Como tal, esse dispositivo nada mais é do que uma especialização do panóptico, que direciona o poder e a vigilância a um conjunto considerado refúgio humano a ser isolado e mantido assim sob controle.

O banóptico vem satisfazer a um anseio ainda mais penetrante da vontade de controle, ao operar um dispositivo de vigilância que se pretende preventivo em relação às possibilidades do que pode vir a acontecer. Dado o contexto, determinados perfis são elaborados para isolar indivíduos tratados como potencialmente perigosos e suspeitos, como ocorreu imediatamente após os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos. Na medida em que a vigilância de prevenção se materializa em uma antecipação logística do campo possível de acontecimentos, o banóptico opera com filtragens baseadas em características previamente programadas e que podem ser estéticas, étnicas, comportamentais, culturais, etc., características estas que são computadas como variáveis a serem isoladas do conjunto mais amplo vigiado a fim de que o controle no espaço e no tempo seja otimizado ao máximo. Para tanto, são criados perfis aplicáveis a determinados grupos, por vezes, minoritários considerados marginais como forma de, em seguida, a partir de categorias de exceção, executar o banimento que marginaliza, isola, ostraciza e exclui os indesejados. Quanto ao problema das imigrações, por exemplo, o banóptico funciona de uma forma mais aberta e perceptível nas zonas fronteiriças, afinal, o controle do tráfego de pessoas e mercadorias pressupõe uma vigilância permanente, e o dispositivo banóptico desempenha uma função importante quanto a isso.

Uma outra questão crucial que se percebe na modernidade líquida é a separação, identificada por Bauman, entre poder e política. Como um anel recursivo, a vigilância líquida estimula a separação entre poder e política, pois a separação entre uma e outro possibilita a produção de mais dispositivos nas mãos de instituições, empresas e megacorporações que passam a produzir realidade com seus poderes a despeito de quaisquer considerações políticas. O poder separado da política se exerce na dimensão global, e como se infiltra na vida cotidiana junto com as mercadorias comercializadas em escala planetária não há para ele fronteiras bem definidas. Nem há também qualquer tipo de regulação sobre a produção tecnológica. Ao passo que a política propriamente dita limita-se cada vez mais aos ditames do mercado glocal que ameaça toda soberania, aliás, a cada dia mais fragilizada pelas constantes interferências dos

fluxos e das produções planetárias que se revelam desde dentro até fora. Tudo se passa como se a política tivesse que lidar com uma profusão de fluxos e tecnologias que escapam aos códigos jurídicos e exercem assim uma pressão sobre as esferas políticas da sociedade civil, sobre os aparatos estatais e mesmo militares.

Para finalizar, é importante lembrar que Bauman opera com a ambivalência das categorias e das problematizações, mais do que com um julgamento de valor ou uma condenação. Na sua perspectiva de abordagem das questões sociais não há nostalgia, conservadorismo ou algo assim. Há muito mais a expressão do direito à problematização responsável e lúcida, assim como interessa colocar o problema e delinear os aspectos problemáticos identificados na realidade mais do que o dever de resolvê-los. Afinal, ao sociólogo cabe o direito de levantar problemáticas que concernem à vida coletiva sem o imperativo de resolvê-los, mesmo porque, na realidade, compete à inteligência coletiva formular soluções e estratégias sejam pelos canais institucionais ou a serem criados.

Nesse cenário, o problema ético-político precisa ser colocado radicalmente porque, dada a conjuntura aqui exposta, os cidadãos são capturados pelo poder sem que a política, tal como praticada até agora, pouco ou nada possa fazer para livrá-los. O poder, tecnologicamente reproduzido, ultrapassa as fronteiras nacionais via informações, empresas, complexos industriais e vetores internacionais em um cenário globalitário saturado de pressões, enquanto os políticos locais, mesmo no nível nacional, sentem concretamente a dificuldade que é quase uma completa impotência quando se trata de definir o destino político e social de uma nação, um estado, um povo, uma comunidade. Como se não bastasse, acima disso, no âmbito de uma metapolítica a disputa pelo controle do controle é um paradoxo que coloca em xeque o pensamento político contemporâneo face à desordem e complexidade sociais crescentes.

Não sem impacto, muitos dilemas se impõem no contexto contemporâneo, dentre os quais, o de saber como estabelecer as relações entre

o desejo e a alteridade, os limites e a liberdade, na mediação dos conflitos entre os agentes sociais em escala glocal. A civilização continuará a imperar com o processo de evolução tecnológica a despeito das ecologias tão necessárias para a perpetuação das formas de vida no planeta?

A questão das tecnologias e das novas mídias também necessita de respostas que estejam à altura do problema civilizatório. Serão utilizadas para controlar os mínimos detalhes da existência sem quaisquer limites no âmbito público e privado? A pergunta crucial talvez seja: como evitar que os novos aparatos tecnológicos desvirtuem o papel da cultura na domesticação do ser sem com isso inflamar o instinto de morte? Por outra parte, como os grupos e as subjetividades podem se apropriar dos novos maquinismos para expandir as potências da vida e do pensamento? Tantas possibilidades dadas e abertas com as formas concretas e virtuais de conexão não podem ser desperdiçadas ou tão só deixadas sob a tutela de corporações e empresas que visam no lucro o objetivo supremo.

Essas questões nos lançam em um campo aberto à reflexão no qual os experimentos se fazem no momento em que realizamos essas perguntas, e novos horizontes possíveis desvelam assim um mundo que está nascendo das novas composições do homem com o conhecimento, a informação, as tecnologias, as ciências, as artes e a filosofia. Entretanto, foi porque a civilização investiu todos os seus potenciais na produção de tecnologias, acreditando assim resolver seus problemas, que esqueceu, ignorou ou simplesmente menosprezou o que há de fundamental na esfera mais ampla da cultura, com os valores espirituais, artísticos, ecológicos e filosóficos. Por isso precisamos resgatar esses valores com um olhar voltado para os problemas de nossa época e com uma esperança criadora do mundo que haveremos de deixar para as gerações vindouras.

Aqui como alhures não há como antecipar soluções prontas. Cabe aos mais diversos grupos inventar suas formas de resistir aos processos de dominação, sozinhos ou acompanhados, para que fecundem outras tantas formas de viver com dignidade. Agora, as forças vivas da cultura precisam tomar

a dianteira nos processos de apropriação das condições sociais dadas nas escalas macro e micropolíticas. Felizmente, os novos agentes sociais e as inteligências coletivas já se encaminham nessa direção.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

----- **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2014.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

----- **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015

.

----- **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização** (Obras completas, vol. 18). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Recebido: 02 nov. 2018

Aceito: 10 dez. 2018